



PREFEITURA MUNICIPAL DE VERTENTES
ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCESSO LICITATÓRIO
Nº 010/2025

INEXIGIBILIDADE
Nº 009/2025

LICITAÇÃO PÚBLICA AUTUAÇÃO

AO DIA 12 DE FEVEREIRO DE 2025, NA CIDADE DE VERTENTES, DO ESTADO DE PERNAMBUCO, FAÇO AUTUAÇÃO DE UM PROCESSO LICITATÓRIO, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ESPECIALIZADO EM SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA NA ÁREA CONTENCIOSA, REPRESENTANDO O MUNICÍPIO COMO AUTOR, RÉU OU TERCEIRO INTERVENIENTE EM PROCESSOS DE PRIMEIRA E SEGUNDA INSTÂNCIAS NAS JUSTIÇAS ESTADUAL E FEDERAL, BEM COMO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ) E NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). O ESCOPO DO SERVIÇO ABRANGE TODOS OS ATOS PROCESSUAIS NECESSÁRIOS ATÉ A CONCLUSÃO DEFINITIVA DAS DEMANDAS, ATRAVÉS DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2001/4.122.401.2.2008 - 3.3.90.39 (583), E DOCUMENTOS QUE SE SEGUEM, DO QUE PARA CONSTAR FAÇO ESTE TERMO. EDILMA FERREIRA DA SILVA, AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VERTENTES.



CNPJ
10.296.887/0001-60



81 99814-4011
81 9500-0189



gabinete@vertentes.pe.gov.br



Dr. Emídio Cavalcanti, nº 97
CEP 55.770-000 | Centro | Vertentes-PE

RELATÓRIO DA FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

A Prefeitura Municipal de Vertentes, Estado de Pernambuco, torna público que realizará a Inexigibilidade de Licitação nº 009/2025, em decorrência do Processo Licitatório nº 010/2025, na hipótese do artigo 74, inciso III, alíneas “c” e “e”, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

O Processo Licitatório nº 010/2025 foi autuado nesta data pela Agente de Contratação designada, após solicitação do Gabinete do Prefeito, acompanhada de documentos necessários à abertura de procedimento licitatório, inclusive do termo de referência devidamente assinado.

A Inexigibilidade nº 009/2025 tem como objeto a contratação de escritório de advocacia especializado em serviços de assessoria jurídica na área contenciosa, representando o município como autor, réu ou terceiro interveniente em processos de primeira e segunda instâncias nas justiças estadual e federal, bem como no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF). O escopo do serviço abrange todos os atos processuais necessários até a conclusão definitiva das demandas, conforme condições estabelecidas no termo de referência inerente.

Vertentes, 12 de fevereiro de 2025.

EDILMA FERREIRA DA SILVA
Agente de Contratação



Vertentes, 12 de fevereiro de 2025.

SOLICITAÇÃO DE DEMANDA

Senhora Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Vertentes-PE

Autorizamos a abertura de procedimento administrativo, a fim de viabilizar a contratação direta objetivando a contratação de escritório de advocacia especializado em serviços de assessoria jurídica na área contenciosa, representando o município como autor, réu ou terceiro interveniente em processos de primeira e segunda instâncias nas justiças estadual e federal, bem como no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF). O escopo do serviço abrange todos os atos processuais necessários até a conclusão definitiva das demandas, conforme documentação anexa.

Ao ensejo esclarecemos que o quadro de pessoal do Município carece de profissionais da área jurídica com expertise específica para atuar em demandas judiciais complexas e estratégicas, justifica-se a contratação de escritório de advocacia com notória especialização, visando assegurar a melhor defesa dos interesses municipais.

Gratos pela atenção, subscrevemo-nos,

Atenciosamente.

ISRAEL FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito



CNPJ
10.296.887/0001-60



81 99814-4011
81 9500-0189



gabinete@vertentes.pe.gov.br



Dr. Emídio Cavalcanti, nº 97
CEP 55.770-000 | Centro | Vertentes-PE

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO O OBJETO

1.1. O presente termo de referência tem como objeto a contratação de escritório de advocacia especializado em serviços de assessoria jurídica na área contenciosa, representando o município como autor, réu ou terceiro interveniente em processos de primeira e segunda instâncias nas justiças estadual e federal, bem como no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF). O escopo do serviço abrange todos os atos processuais necessários até a conclusão definitiva das demandas.

1.2. Os serviços contratados deverão abranger todos os atos processuais necessários à condução eficiente e eficaz das demandas, desde a fase inicial até a conclusão definitiva dos processos, incluindo a elaboração de peças processuais, realização de sustentações orais, participação em audiências e diligências necessárias para a defesa dos interesses do Município.

1.3. Os serviços serão contratados conforme previsão do artigo 74, inciso III, alíneas “c” e “e” da Lei 14.133/2021 (Inexigibilidade) e pelo art. 3º-A do Estatuto da Advocacia, incluído pela Lei Federal nº 14.039/2020, para a prestação de serviços advocatícios na área trabalhista.

1.4. A natureza do objeto deste instrumento trata de serviços jurídicos.

1.5. Os quantitativos de serviços estão descritos na tabela abaixo:

Tabela-1

Item	Descrição/Especificação	Unid.	Quant.	Valores em R\$	
				Unitário	Total
1	Serviços técnicos profissionais destinados à assessoria e consultoria jurídica contenciosa	Mês	12	13.210,89	158.530,68

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação se justifica pela necessidade de garantir a adequada defesa dos interesses do Município em demandas judiciais, observando-se a complexidade e a relevância dos processos que envolvem a Administração Pública. As ações judiciais que envolvem o Município exigem conhecimento técnico aprofundado e atuação estratégica, tornando imprescindível a assessoria de um escritório especializado.

2.2. Além disso, a Administração Pública deve zelar pela legalidade e pela eficiência na condução de seus processos judiciais, evitando prejuízos financeiros e garantindo a correta aplicação dos princípios da administração pública. A contratação de um escritório qualificado permitirá que o Município atue de forma mais célere e eficaz na resolução de litígios, promovendo maior segurança jurídica nas suas relações institucionais.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. A presente Inexigibilidade de Licitação fundamenta-se na hipótese do art. 74, III, alíneas “c” e “e”, da Lei Federal nº 14.133/2021. O referido dispositivo legal define os casos em que cabe a contratação mediante inexigibilidade de licitação nos termos, a seguir expostos:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

(...)

e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

(...)

3.2. Nesse contexto, os serviços serão contratados conforme previsão do artigo 74, inciso III, alíneas “c” e “e” da Lei 14.133/2021, (inexigibilidade) e pelo art. 3º-A do Estatuto da Advocacia, incluído pela Lei Federal nº 14.039/2020.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A fim de atender à necessidade de representação jurídica do Município, a solução proposta consiste na contratação de um escritório de advocacia especializado, que possua notória especialização e experiência comprovada em assessoria jurídica contenciosa para entes públicos.

4.2. A solução garantirá que o Município disponha de suporte técnico-jurídico adequado para atuar nos processos judiciais, possibilitando a defesa eficiente dos interesses da Administração. A execução dos serviços deverá seguir rigorosamente as normativas aplicáveis, garantindo qualidade, celeridade e segurança na tomada de decisões jurídicas, além de possibilitar um planejamento estratégico eficaz na gestão do contencioso municipal.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação decorrente deste instrumento adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.

5.2. Os serviços a serem prestados pelo escritório de advocacia contratado deverão compreender, mas não se limitar, às seguintes atividades:

5.2.1. Representação do Município em processos judiciais de natureza contenciosa, atuando como autor, réu ou terceiro interveniente;

5.2.2. Elaboração de peças processuais, incluindo petições iniciais, contestações, recursos e demais manifestações necessárias;

5.2.3. Acompanhamento integral dos processos em todas as instâncias, incluindo tribunais superiores;

5.2.4. Realização de audiências e sustentações orais quando necessário;

5.2.5. Elaboração de pareceres jurídicos sobre temas relevantes para as demandas contenciosas do Município;

5.2.6. Assessoria jurídica na condução de execuções fiscais, precatórios e outras questões correlatas;

5.2.7. Orientação e acompanhamento de estratégias processuais junto aos órgãos administrativos do Município;

5.2.8. Atendimento às requisições e diligências necessárias para a defesa dos interesses do Município.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. O regime de execução dos serviços advocatícios será indireto em empreitada por preço unitário.

6.2. Os serviços jurídicos contratados compreenderão toda a assessoria técnica necessária ao acompanhamento das demandas judiciais até o respectivo trânsito em julgado, e, durante o período todo o período do contrato.

6.3. A execução dos serviços deve iniciar-se imediatamente após a assinatura do contrato.

6.4. O escritório contratado deverá manter um acompanhamento contínuo das ações judiciais sob sua responsabilidade, garantindo a atualização tempestiva das informações processuais. Para isso, deverá disponibilizar relatórios periódicos sobre o andamento dos processos, identificando eventuais riscos e propondo medidas preventivas ou corretivas para a defesa dos interesses do Município.

6.5. O escritório contratado deverá prestar informações, quando requerido, no prazo de 24 horas, no que se refere à tramitação de processos que envolvam o Município de Vertentes.

6.6. O escritório contratado, antes de protocolar qualquer petição que envolva questões de impacto financeiro/orçamentário, deverá informar ao Prefeito ou a pessoa por ele designada para que tomem ciência e que deem o aval para prosseguimento.

6.7. O escritório contratado deverá requerer em tempo hábil, pedidos de informação e de cumprimento de ordens judiciais, observando os formulários próprios, que deverão ser preenchidos de forma correta e instruídos com os devidos documentos.

6.8. O escritório contratado deverá ser fiel depositário em todas as documentações que lhe forem entregues, que deverão ser feitas mediante recibo pelo fiscal do contrato.

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. A seleção do fornecedor será realizada com base no requisito de notória especialização, conforme disposto no art. 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021. O escritório de advocacia a ser contratado deve comprovar expertise técnica e experiência prática em demandas judiciais em diversas esferas do Poder Judiciário defendendo os interesses de entes públicos.

7.2. Para comprovar Notória Especialização nos moldes da Lei Federal 14.039/2020, deverão ser apresentados portfólios de trabalhos realizados, peças processuais, artigos publicados ou certificados de pós-graduação, enquanto atestados de capacidade técnica.

7.3. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto/serviços.

7.4. Documentos relativos à Habilitação Jurídica:

7.4.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e suas alterações;

7.4.2. Prova de registro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);

7.4.3. Carteira da OAB em nome dos Sócios.

7.5. Qualificação Técnica:

7.5.1. Atestados de Capacidade Técnica que comprovem aptidão para desempenho do objeto e experiência prévia relevante.

7.6. Regularidade fiscal, Social e Trabalhista:

7.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

7.6.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;

7.6.3. Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal;

7.6.4. Prova de regularidade de relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

7.6.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST;

7.6.6. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal mediante apresentação de declaração.

8. ESTIMATIVA DE PREÇOS

8.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 158.530,68 (cento e cinquenta e oito mil, quinhentos e trinta reais e sessenta e oito centavos).

8.2. O cálculo do valor estimado considerou, conforme demonstrado na Tabela-1, o preço unitário referencial de R\$ 13.210,89 (treze mil, duzentos e dez reais e oitenta e nove centavos), que foi multiplicado pela quantidade de 12 (doze) meses

8.3. O preço foi obtido a partir da média aritmética dos valores constantes na Tabela de Honorários Advocatícios da OAB/PE, para o ano de 2025 conforme o subitem 19.2.4 da tabela e valores obtidos de contratações realizadas por outros órgãos públicos com objetos compatíveis com o da presente contratação.

9. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. A fiscalização da contratação será exercida por um servidor da Secretaria de Educação, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

9.2. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome das pessoas eventualmente envolvidas.

9.2.1. O fiscal determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhará os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.3. A execução do objeto será controlada e fiscalizada pelas pessoas:

9.3.1. Gestor do Contrato: Israel Ferreira de Andrade, CPF: 820.895.404-78;

9.3.2. Fiscal do Contrato: Zezon Agripino de Oliveira Bezerra, OAB-PE: 23.221.

9.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução dos serviços, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada.

9.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste termo de referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

9.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.

9.7. A fiscalização técnica do contrato avaliará constantemente a execução do objeto.

9.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer a correção das faltas, falhas e irregularidades eventualmente constatadas.

9.9. Em hipótese alguma será admitido que a Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

9.10. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

9.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação dos serviços em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, quando for o caso, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas neste termo de referência.

9.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

9.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto em norma vigente aplicável no que for pertinente à contratação.

9.14. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas.

10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

10.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do instrumento contratual.

10.2. O prazo de vigência será prorrogável até o limite de 5 (cinco) anos, na forma do artigo 106, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO



11.1. É vedado subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da Contratação.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

12.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, quando for o caso, sempre que a Contratada:

12.1.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

12.1.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamentos considerará os seguintes critérios:

12.2.1. Cumprimento dos horários estabelecidos no contrato;

12.2.2. Qualidade dos serviços técnicos prestados.

12.3. Poderá ser indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

12.3.1. Não produziu os resultados acordados;

12.3.2. Deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

12.3.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.4. As medições serão mensais e a aceitação dos serviços efetivamente executados no período dependerá de prévia verificação por parte da fiscalização do contrato.

12.5. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da liquidação da despesa, através de ordem bancária para crédito em instituição financeira indicada pela Contratada.

13. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1. Consoante artigo 45 da Lei nº 9.784/99, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas oriundas da presente contratação poderão ser empenhadas nas dotações orçamentárias a seguir: 2001/4.122.401.2.2008 - 3.3.90.39 (583)

15. DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Vertentes/PE para discussões de litígios decorrentes do objeto desta contratação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

Vertentes, 12 de fevereiro de 2025.

ISRAEL FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito



CNPJ
10.296.887/0001-60



81 99814-4011
81 9500-0189



gabinete@vertentes.pe.gov.br



Dr. Emídio Cavalcanti, nº 97
CEP 55.770-000 | Centro | Vertentes-PE

DEMONSTRAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Declaramos, para fins de atendimento às disposições contidas no art. 16, II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, c/c art. 72, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que para a execução do objeto pretendido pela Administração, em decorrência do Processo Licitatório nº 010/2025, existe compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com os compromissos a serem assumidos e adequação orçamentária e financeira com as leis orçamentárias vigentes.

Órgão: 1 - Prefeitura Municipal de Vertentes

Unidade Orçamentária: 2001 – Gabinete do Prefeito

Função: 4 - Administração

Sub Função: 122 – Administração Geral

Programa (PPA): 401 – Gestão Superior do Município

Ação (LOA): 2.2008 – Gestão Administrativa do Gabinete do Prefeito

Elemento de Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Dotação Orçamentária: 2001/4.122.401.2.2008 (583)

Fonte de Recursos: 2000 - Recursos Próprios

Valor Estimado: R\$ 158.530,68 (cento e cinquenta e oito mil, quinhentos e trinta reais e sessenta e oito centavos)

Descrição do Objeto: Contratação de escritório de advocacia especializado em serviços de assessoria jurídica na área contenciosa, representando o município como autor, réu ou terceiro interveniente em processos de primeira e segunda instâncias nas justiças estadual e federal, bem como no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF). O escopo do serviço abrange todos os atos processuais necessários até a conclusão definitiva das demandas.

Vertentes, 12 de fevereiro de 2025.

ISRAEL FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito



CNPJ
10.296.887/0001-60



81 99814-4011
81 9500-0189



gabinete@vertentes.pe.gov.br



Dr. Emídio Cavalcanti, nº 97
CEP 55.770-000 | Centro | Vertentes-PE